

Companhia Energética Candeias

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Candeias

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Candeias ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Candeias em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras, a receita líquida da Companhia consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras; no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contabilizou receita de venda de energia no valor de R\$485.465 mil.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita fixa e da receita variável sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; (c) seleção de transações de vendas ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e a contabilização no período de competência; e (d) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências satisfatórias de auditoria obtidas, consideramos que os processos e julgamentos efetuados pela Administração da Companhia para suportar o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 21 de março de 2019



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	436.135	400.317
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	22	(328.888)	(302.900)
LUCRO BRUTO		107.247	97.417
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	13.749
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	22	(17.588)	(11.067)
Honorários dos Administradores	22	(2.216)	(1.393)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	605	45
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		88.048	98.751
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	4.194	2.615
Despesas financeiras	23	(31.823)	(27.872)
Variação cambial líquida	23	(125)	(65)
Total		(27.754)	(25.322)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		60.294	73.429
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	24	(14.481)	(14.984)
Diferidos	24	(5.963)	45.407
Incentivo fiscal	24	10.068	10.426
Total		(10.376)	40.849
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		49.918	114.278
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		1,267	2,902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.918	114.278
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>49.918</u>	<u>114.278</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Incentivo fiscal	Reservas de lucros				Total
					Dividendos mínimos obrigatórios	Reserva dos lucros retidos	Lucros acumulados		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016									
Aumento de capital social	20	39.383	-	-	-	-	-	-	39.383
Lucro líquido do exercício	20	-	-	-	-	-	-	114.278	114.278
Destinação do lucro:									
Recomposição de reserva de incentivo fiscal		-	-	61.496	(48.197)	(13.299)	-	-	-
Complemento de reserva de incentivo fiscal	20	-	-	10.426	-	-	(10.426)	-	-
Complemento de reserva legal	20	-	5.714	-	-	-	(5.714)	-	-
Complemento de reserva de lucros retidos	20	-	-	-	-	98.138	(98.138)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais distribuídos (R\$0,77 por lote de mil ações)		-	-	-	-	(30.434)	-	-	(30.434)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		179.383	10.744	71.922	-	69.420	-	-	331.469
Lucro líquido do exercício	20	-	-	-	-	-	-	49.918	49.918
Destinação do lucro:									
Complemento de reserva de incentivo fiscal	20	-	-	10.068	-	-	(10.068)	-	-
Complemento de reserva legal	20	-	2.496	-	-	-	(2.496)	-	-
Complemento de reserva de lucros retidos		-	-	-	-	28.015	(28.015)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais distribuídos (R\$0,24 por lote de mil ações)		-	-	-	-	-	(9.339)	-	(9.339)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		179.383	13.240	81.990	-	97.435	-	-	372.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		49.918	114.278
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	14	28.647	16.585
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	12	1.130	1.813
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	17	28.155	25.063
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	17	2.502	826
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	(13.749)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	5.963	(45.407)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(6.957)	(38.592)
Adiantamentos a fornecedores		14.843	(13.340)
Estoques		(9.468)	(5.184)
Impostos a recuperar		(239)	693
Outras contas a receber		(4.526)	9.505
Depósitos judiciais		(53)	(3)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		12.703	22.226
Obrigações tributárias		5.484	1.234
Impostos de renda e contribuição social pagos		(6.297)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		104	(229)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	17	(24.274)	(20.363)
Outras contas a pagar		(1.511)	803
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>96.124</u>	<u>56.159</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	12	(1.823)	(2.310)
Aquisição de intangível	14	(163)	(455)
Dividendos recebidos	20	-	22.583
Depósitos bancários vinculados		5.647	3.355
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>3.661</u>	<u>23.173</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	20	(260)	(24.928)
Adiantamento para futuro aumento de capital	20	-	67.059
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	36.056
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(91.807)	(166.347)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	(368)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		18	9.617
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(92.049)</u>	<u>(78.911)</u>
Efeito da incorporação de caixa	1		75
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>7.736</u>	<u>496</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	498	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	8.234	498
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>7.736</u>	<u>496</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Candéias (“Companhia” ou “CEC”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 10.508.162/0001-99, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candéias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização do Ministério das Minas e Energia, mediante as Portarias nº 353, de 20 de dezembro de 2007, e nº 342, de 6 de dezembro de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as Unidades Termoelétricas - UTEs denominadas Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), respectivamente, em Candéias, Bahia, com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulatório decorrentes do quarto leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 2007, válidos até o ano de 2024.

As UTEs Global I e Global II entraram em operação comercial em maio de 2010.

Em virtude dos compromissos de curto prazo assumidos para a construção, manutenção e operação das termoelétricas, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2018, capital circulante líquido negativo em R\$6.891 (R\$24.129 em 31 de dezembro de 2017). No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere às obrigações contraídas com instituições financeiras, decorrentes de empréstimos e financiamentos, estando estas obrigações atualizadas, e reflete as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Com a publicação da Resolução Normativa 827/2018 em 21/08/2018, a ANEEL estabeleceu as regras definitivas para penalidade por falta de combustível na geração de energia elétrica das usinas que operam em caráter de disponibilidade, compatibilizando-as com as penalidades previstas nos contratos de fornecimento de combustível juntos às distribuidoras. Dessa forma, prevê-se extinguir os sucessivos aditamentos aos contratos de fornecimento de óleo combustível com a Petrobras Distribuidora S.A.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas com grande regularidade ao longo dos anos 2018 e 2017. Com isto, a Companhia obteve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, receita bruta de geração variável de R\$256.195 (2017, R\$315.298), além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$229.270 (2017, R\$130.238).

Incorporação da Candeias Energia S.A.

Em 6 de junho de 2017, foi aprovada a incorporação da Candeias Energia S.A. ("CESA") pela Companhia Energética Candeias, na data base de 31 de maio de 2017. Considerando que a Companhia detinha a totalidade do capital social da Candeias Energia S.A., a incorporação foi realizada sem aumento do capital social da Companhia. Desde sua criação, já havia a intenção de unificação das duas empresas no futuro, já que a criação da CEC se deu apenas para viabilizar a captação de recursos.

A reorganização societária do empreendimento, com a incorporação da CESA pela CEC, só tornou-se viável a partir da formalização da anuência de seus agentes financeiros, BNB e SUDENE, condição contratual do financiamento dos empreendimentos, que consideraram assegurado "equity" originalmente requerido, dentre outras condicionantes.

A incorporação da CESA pela CEC teve por objetivo a simplificação da estrutura societária da qual ambas as sociedades faziam parte, a racionalização da gestão administrativa e operacional do negócio e a economia de custos operacionais, sendo de todo benéfica aos interesses sociais.

O acervo líquido incorporado está apresentado abaixo:

ATIVOS

CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes	75
Aplicação financeira	18.235
Contas a receber	30.181
Estoque	31.353
Outros ativos	19.078
Total dos ativos circulantes	<u>98.922</u>
NÃO CIRCULANTES	
Depósito bancário vinculado	27.645
Imobilizado	571.614
Investimento	(258.834)
Outros ativos	33.172
Total dos ativos não circulantes	<u>373.597</u>
Total dos ativos	<u>472.519</u>
<u>PASSIVOS</u>	
CIRCULANTES	
Fornecedores	15.115
Empréstimos	81.853
Outros passivos	12.266
Total dos passivos circulantes	<u>109.234</u>
NÃO CIRCULANTES	
Empréstimos	328.517
Tributos diferidos	2.115
Outros passivos	9.406
Total dos passivos não circulantes	<u>340.038</u>
Acervo líquido incorporado	<u>(23.248)</u>

A GPE era detentora de 88,4401% do capital social da CEC e 11,5599% do capital social pertencem aos acionistas pessoas físicas.

A incorporação não implicou alteração de controle indireto e nem mesmo ingresso de novos acionistas. A CEC obteve todas as autorizações e anuências necessárias para a incorporação pretendida.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 21 de março de 2019, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de energia no curso normal de suas atividades, e inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado. A provisão para perdas é reconhecida desde o faturamento, com base nas performances históricas de recebimento registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos, não sendo ajustado a valor presente por apresentar, preponderantemente, vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização do contas a receber.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 13.

Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição e trata-se de ativo intangível que não possui vida útil definida, representado por ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realizou, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180/07, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

No exercício corrente, a Companhia adotou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (conforme alterada em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas para abordar cenários específicos.

A adoção do CPC 47 não teve um efeito relevante sobre a posição financeira e/ou desempenho financeiro da Companhia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estava atuando como agente ou principal e concluiu que estava atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRS e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1 de janeiro de 2018, conforme descrito a seguir:

CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes

A Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC 17 e interpretações relacionadas.

Como resultado da implementação do CPC 47, a Companhia reavaliou suas práticas contábeis relacionadas à identificação das obrigações de desempenho e concluiu que o CPC 47 não trouxe impactos significativos, na qual as receitas de vendas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida/a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos sobre vendas.

As receitas de vendas são reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto.

Portanto a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em relação aos padrões atuais de receita (CPC 30) em relação ao reconhecimento das receitas de vendas de produtos.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de redução ao valor recuperável e novas regras para contabilização de "hedge accounting".

A nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39).

A Companhia aplicou os conceitos estabelecidos no CPC 48; não foram identificados impactos significativos em relação aos atuais padrões abordados segundo o CPC 48.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019.

<u>Norma</u>	<u>CPC 06(R2) – Arrendamento mercantil</u>
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos relevantes para a Companhia.

A adoção dessas Normas e Interpretações não teve qualquer impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	2	7
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>8.232</u>	<u>491</u>
Total	<u>8.234</u>	<u>498</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 62% a 116,44% (20% a 62% em 2017) da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valores a vencer	12.292	16.892
Valores a faturar	63.438	51.881
Total	<u>75.730</u>	<u>68.773</u>
Circulante	75.730	54.132
Não circulante	-	14.641
Total	<u>75.730</u>	<u>68.773</u>

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo, na modalidade "spot".

A Companhia, consubstanciada na análise do contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização deste, e não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em outubro de 2018, a Companhia firmou com o Operador Nacional do Sistema Elétrico "ONS" um contrato para prestação de serviços ancilares (CPSA), para despacho complementar para manutenção da Reserva de Potência Operativa (RPO).

Em razão de uma situação transitória de mercado de curto prazo "MCP", decorrente da judicialização de operações do Setor Elétrico no "MCP", a Companhia pode aproveitar da oportunidade disponível buscando agentes do mercado que assumam estes créditos oriundos das operações de CPSA, viabilizando a realização financeira tempestiva de parte (ou mesmo total) do faturamento, em troca do pagamento de um percentual de deságio. Sobre o volume a receita da operação de CPSA sob intermediação desses agentes de mercado é feita provisão para perda com base na expectativa de prêmio a pagar.

Em função desta nova modalidade de operação financeira todas as receitas passaram a ser de curto prazo.

Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2018.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valores a vencer	12.292	16.892
Valores a faturar	63.438	51.881
Total	<u>75.730</u>	<u>68.773</u>
Circulante	75.730	54.132
Não circulante	-	14.641
Total	<u>75.730</u>	<u>68.773</u>

Aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo em instituição financeira credora, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), as quais deverão ser mantidas até o seu vencimento, com remuneração equivalente a 98% do CDI (98% do CDI em 2017).

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRPJ	-	2
IRRF	176	116
CSLL	22	22
PIS sobre ativo imobilizado	11	1
COFINS sobre ativo imobilizado	52	4
Outros	169	46
Total	<u>430</u>	<u>191</u>
Circulante	367	186
Não circulante	63	5
Total	<u>430</u>	<u>191</u>

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	Alíquota	2018	2017
Prejuízos fiscais acumulados		114.431	132.770
Bases negativas acumuladas		114.833	132.957
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(8.660)	(10.008)
Despesas pré-operacionais		3.614	4.217
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		109.385	126.979
Total de bases negativas e diferenças temporárias		109.787	127.166
Imposto de renda	25%	27.346	31.745
Contribuição social	9%	9.881	11.445
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>37.227</u>	<u>43.190</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		40.172	46.593
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(2.945)</u>	<u>(3.403)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>37.227</u>	<u>43.190</u>

A expectativa da realização das diferenças temporárias, conforme o plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia, está apresentada a seguir:

	2018					2017
	Prejuízo fiscal	Base negativa	Diferido	Custo de captação	Total	Total
2018	-	-	-	-	-	5.448
2019	7.368	2.652	205	(453)	9.772	10.289
2020	8.299	2.988	205	(453)	11.039	11.580
2021	9.057	3.260	205	(453)	12.069	12.469
2022	3.825	1.364	205	(453)	4.941	3.404
2023 em diante	246	-	409	(1.133)	(478)	-
Total	<u>28.795</u>	<u>10.264</u>	<u>1.229</u>	<u>(2.945)</u>	<u>37.343</u>	<u>43.190</u>

9. ESTOQUES

	2018	2017
Combustível (a)	18.987	10.451
Almoxarifado de peças para manutenção	25.676	25.026
Adiantamento a fornecedor	712	-
Outros estoques	630	1.060
Total	<u>46.005</u>	<u>36.537</u>
Circulante	46.005	36.537
Não circulante	-	-
Total	<u>46.005</u>	<u>36.537</u>

(a) A variação do saldo de combustível está atrelada ao aumento da receita variável no último trimestre de 2018.

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2018			2017		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Conta corrente (a)</u>						
Companhia Energética Manaura	-	-	-	15	-	-
Global Participações em Energia S.A.	197	-	-	196	-	-
Total	197	-	-	211	-	-
<u>Fornecedor (b)</u>						
Global Engenharia LTDA.	-	3.316	(40.303)	4	-	(25.107)
Total	-	3.316	(40.303)	4	-	(25.107)
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (c)</u>						
Global Participações em Energia SA	-	12.896	-	-	4.867	-
Fernando Magalhães	-	1.018	-	-	377	-
Djalma Fernandes	-	386	-	-	150	-
Jones Aranha de Sá	-	284	-	-	112	-
Total	-	14.584	-	-	5.506	-
Circulante	197	17.900		215	5.506	
Não circulante	-	-		-	-	
Total	197	17.900		215	5.506	

(a) Referem-se à conta corrente com as partes relacionadas, sem prazo de vencimento e sem a incidência de encargos financeiros, e são decorrentes de pagamentos de despesas reembolsáveis.

(b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas.

A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram pagos R\$2.216 (R\$1.393 em 2017) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

11. INVESTIMENTO

Participação em sociedade controlada (incorporada em 2017 – vide nota explicativa nº 1)

	Quantidade de ações	2017				
		Participação	Capital social	Patrimônio líquido	Incorporação	Lucro
Candeias Energia S.A.	158.416.712	100,00%	166.305	245.086	(258.834)	13.749

Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2016	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de Capital	Dividendos	AFAC	Incorporação	Saldo em 31/12/2017
Candeias Energia S.A.	253.330	13.749	8.693	(22.583)	5.646	(258.835)	-

12. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Veículos	Montagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	20%	-	-	5%	
Custo corrigido									
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.098	213.924	1.166	493.538	739	2.833	116	3.152	719.576
Incorporação	-	-	23	589	124	760	-	26	1.522
Adições	-	-	-	(2.346)	-	(1.187)	(73)	-	(3.606)
Baixa	-	124	(13)	883	6	397	-	(1.397)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.098	214.048	1.176	492.664	869	2.803	43	1.791	717.492
Adições	-	-	1	90	10	1.688	-	34	1.823
Baixa	-	-	-	-	(8)	(1.122)	-	-	(1.130)
Transferências	-	-	50	1.460	86	(1.597)	-	1	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.098	214.048	1.227	494.214	957	1.772	43	1.826	718.185
Depreciação acumulada									
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(28.603)	(300)	(104.310)	(296)	-	(40)	(154)	(133.713)
Incorporação	-	(4.798)	(115)	(22.934)	(78)	-	(3)	(89)	(28.017)
Adições	-	(33.401)	(415)	(127.244)	(374)	-	(43)	(253)	(161.730)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(4.802)	(122)	(23.054)	(93)	-	-	(91)	(28.162)
Adições	-	(38.203)	(537)	(150.298)	(467)	-	(43)	(344)	(189.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(43.005)	(659)	(173,352)	(560)	-	(86)	(435)	(266,851)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2018	4.098	175.845	690	343.916	490	1.772	-	1.432	528.293
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2017	4.098	180.647	761	365.420	495	2.803	-	1.538	555.762

(*) A Companhia adotou as taxas médias anuais de depreciação fixadas pela ANEEL para os ativos de geração de energia elétrica, de acordo com Resolução Normativa nº 474/12, por entender que elas refletem adequadamente a vida útil-econômica dos seus ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2018. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

A Companhia possui terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$523.860 em 31 de dezembro de 2018 (R\$550.162 em 31 de dezembro de 2017), líquidos de depreciação.

13. DIFERIDO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas pré-operacionais	3.374	3.374
Amortização acumulada	<u>(1.994)</u>	<u>(1.764)</u>
Total	<u>1.380</u>	<u>1.610</u>

Gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,82% ao ano, período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

14. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	2018		2017	
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de uso de software	20%	2.111	(1.427)	684	649
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.771	(1.013)	758	885
Total		<u>3.882</u>	<u>(2.440)</u>	<u>1.442</u>	<u>1.534</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.247
Adições	455
Amortização	(168)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.534
Adições	163
Amortização	(255)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.442</u>

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado à taxa de 15,03% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos.

15. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pesquisa e desenvolvimento	8.072	4.553
Adiantamento a funcionários	30	28
Despesas antecipadas	1.406	405
Outras contas a receber	4	-
Total	<u>9.512</u>	<u>4.986</u>

16. FORNECEDORES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Abdelhafid Mokdad	66	176
Amazonia Transportes	299	315
Diesel Expert Quebec	-	239
Fator Seguradora S.A.	-	275
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	568	258
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	629
Kompressorenbau Bannewitz	-	396
Nunes Fernandes Advogados Associados	-	208
Petrobrás Distribuidora S.A.	43.313	16.444
Raizen Combustíveis S.A.	-	563
Sompo Seguros S.A.	456	-
Total Lubrificantes do Brasil Ltda.	479	-
Wartsila (Brasil e Filândia)	8	48
Global Engenharia Ltda.	3.316	-
Outros fornecedores	1.543	17.794
Total	<u>50.048</u>	<u>37.345</u>

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	<u>Vencimento principal</u>	<u>Texas efetiva</u>	<u>Encargos</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco Itaú - debêntures (a)	mai/19	CDI +	12	9.818	-	9.830	33.162
(-) Custos de transação		2,05% a.a.	-	(142)	-	(142)	(430)
Subtotal			<u>12</u>	<u>9.676</u>	<u>-</u>	<u>9.688</u>	<u>32.732</u>
Banco do Nordeste - Financiamento (b)	jun/25	10% a.a.	1.529	27.304	152.446	181.279	208.815
(-) Custos de transação			-	(1.333)	(7.335)	(8.668)	(10.001)
Subtotal			<u>1.529</u>	<u>25.971</u>	<u>145.111</u>	<u>172.611</u>	<u>198.814</u>
SUDENE (c)	dez/31	TJLP +	1.557	3.168	56.830	61.555	62.061
Subtotal		1% a.a.	<u>1.557</u>	<u>3.168</u>	<u>56.830</u>	<u>61.555</u>	<u>62.061</u>
Banco Itaú - financiamentos (d)	out/19	CDI +	275	16.023	-	16.298	32.646
(-) Custos de Transação		3,45% a.a.	-	(423)	-	(423)	(939)
Subtotal			<u>275</u>	<u>15.600</u>	<u>-</u>	<u>15.875</u>	<u>31.707</u>
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (e)	abr/20	CDI +	114	20.092	6.748	26.954	47.157
(-) Custos de Transação		2,70% a.a.	-	(364)	(103)	(467)	(831)
Subtotal			<u>114</u>	<u>19.728</u>	<u>6.645</u>	<u>26.487</u>	<u>46.326</u>
Total			<u>3.487</u>	<u>74.143</u>	<u>208.586</u>	<u>286.216</u>	<u>371.640</u>
Circulante			3.487	74.143	-	77.630	93.678
Não circulante			-	-	208.586	208.586	277.962
Total			<u>3.487</u>	<u>74.143</u>	<u>208.586</u>	<u>286.216</u>	<u>371.640</u>

(a) Refere-se a 10.500 debêntures, emitidas na 2ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$105.000, com vencimento em 23 de maio de 2019, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,05% ao ano.

- (b) Em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$382.253. Sobre o montante do principal, incidem juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações são mensais, iniciando-se em julho de 2011 e finalizando-se em junho de 2025.
- (c) Em 25 de abril de 2010, foi contratado empréstimo-ponte com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$76.953 e encargos financeiros correspondentes a 130% da variação do CDI ao ano, o qual foi renovado até 25 de outubro de 2012. Em 4 de junho de 2012, a Administração renegociou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e alterou o perfil da dívida, por meio de nova cédula de crédito perante a SUDENE, aumentando o prazo para pagamento para 19 anos e alterando a taxa de juros para Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 1% ao ano.
- (d) Em 20 de outubro de 2016, foi contratado um empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$48.713 e encargos correspondentes a 4,09% ao ano mais CDI com carência total de quatro meses, sendo o primeiro pagamento trimestral em 24 de fevereiro de 2017 e vencimento em 25 de outubro de 2019. O empréstimo foi renegociado em 27 de julho de 2017 em virtude da incorporação da Candeias Energia pela Companhia Energética Candeias no montante de R\$36.056 e encargos correspondentes a 3,45% ao ano mais CDI, mantendo-se a forma de pagamento trimestral e com vencimento em 25 de outubro de 2019.
- (e) Refere-se a 5.028 debêntures, emitidas na 3ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. em 12 de abril de 2017 no valor de R\$50.280, com vencimento em 12 de abril de 2020, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 3,5% ao ano. Em 28 de setembro de 2018 foi realizado o 3º aditamento reduzindo o valor do spread para 2,70% ao ano.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	104.447	392.326	496.773
Captação de financiamentos	16.025	20.031	36.056
Juros e variações monetárias provisionadas	25.063	-	25.063
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(20.363)	-	(20.363)
Amortização dos custos de captação	826	(368)	458
Transferências	134.027	(134.027)	-
Pagamentos	<u>(166.347)</u>	<u>-</u>	<u>(166.347)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	93.678	277.962	371.640
Juros e variações monetárias provisionadas	28.155	-	28.155
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(24.274)	-	(24.274)
Amortização dos custos de captação	2.502	-	2.502
Transferências	69.376	(69.376)	-
Pagamentos	<u>(91.807)</u>	<u>-</u>	<u>(91.807)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>77.630</u>	<u>208.586</u>	<u>286.216</u>

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019	-	71.558
2020	35.780	36.662
2021	29.139	31.663
2022	29.139	32.717
2023 em diante	<u>114.528</u>	<u>105.362</u>
Total	<u>208.586</u>	<u>277.962</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

Banco Itaú - Debêntures	1 – Aval Corporativo da Commandery 2 – Aval Corporativo da GPE
Banco Itaú - Financiamento	1 – Aval Corporativo da Commandery 2 – Aval Corporativo da GPE
Banco Itaú BBA S.A. - financiamentos	1 – Aval Corporativo da Commandery 2 – Aval Corporativo da GPE
Banco do Nordeste - BNB Financiamento	1 – Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; 2 – Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios de 86,1% dos Recebíveis da Candeias Energia. 3 – Penhor de 139.819.997 (99,87%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Candeias Participações. 4 – Penhor de 180.003 (0,13%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Global Participações. 5 – Penhor das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$245.113.458,74. 6 – Hipoteca em 1º grau do Terreno no valor de R\$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R\$174.475.927,02. 7 – Interveniente Fiador Commandery Participações S.A. 8 – Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$31.940.692,81.
Sudene - longo prazo	1 – Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios 13,9% dos Recebíveis da Candeias Energia. 2 – Interveniente Fiador Global Participações em Energia. 3 – Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$61.728.156,76. 4 – Hipoteca em 2º grau do Terreno no valor de R\$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R\$174.475.927,02. 5 – Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$1.600.000,00.

A escritura de emissão das debêntures prevê o monitoramento anual de dois “covenants” financeiros:

<u>Cláusula restritiva - “covenants”</u>	<u>Índice requerido</u>
Cobertura do serviço da dívida	Maior ou igual a 3,5x
Cálculo do endividamento	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (“covenants”) financeiras e não financeiras.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRPJ - Imposto de Renda	84	132
CSLL - Contribuição Social	1.629	789
INSS serviços de terceiros	302	1.062
PIS - Programa de integração social	271	357
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.254	1.647
IRRF serviços de terceiros	26	13
PIS/COFINS/CSLL retidos	212	93
ICMS e DIFAL	9	25
Outros tributos a recolher	7	489
Total	<u>3.794</u>	<u>4.607</u>

19. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nestas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma nenhuma provisão para perdas foi constituída. Conforme análise dos assessores jurídicos, há uma probabilidade de perda avaliada como possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista, no montante de R\$2.870.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$179.383 e estava representado por 72.916.711 ações, compreendendo 51.426.993 ações ordinárias, sem valor nominal, e 21.489.718 ações preferenciais e distribuído da seguinte forma:

	<u>2018 e 2017</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
<u>Acionista</u>		
Global Participações em Energia S.A.	64.487.584	88,4401
Jones Aranha de Sá	1.386.129	1,9010
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	5.142.699	7,0528
Djalma Nunes Fernandes Junior	1.900.299	2,6061
Total	<u>72.916.711</u>	<u>100,00</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Capital Social

Em 28 de abril de 2017, em Assembleia Geral, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$39.383 por meio da emissão de 11.596.993 ações preferenciais, sendo que o recurso integralizado foi realizada com o saldo de AFAC de R\$39.383.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social.

Reserva de incentivo fiscal

A Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, este incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Em função da incorporação entre a holding "CEC" e a controlada "CESA" o benefício de incentivo fiscal "SUDENE" foi transferido da controlada para controladora e conseqüentemente houve a necessidade de recompor o saldo do benefício existente na "CESA" para "CEC" no montante de R\$61.496, dos quais originaram-se do saldo de dividendos mínimos obrigatórios em R\$48.197 e R\$13.299 da reserva de lucros retidos.

Excesso de reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$13.282 mil. A destinação desse excesso, seja por integralização de capital social ou por distribuição de dividendos adicionais, será deliberada pela assembleia geral de acionistas.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	49.918	114.278
Quantidade de ação por lote de mil	<u>72.917</u>	<u>72.917</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>0,685</u>	<u>1,567</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	49.918	114.278
Reserva legal	(2.496)	(5.714)
Reserva de incentivos fiscais	(10.068)	(10.426)
Base para dividendos	<u>37.354</u>	<u>98.138</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>9.339</u>	<u>24.535</u>

Em 10 de julho de 2017, foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração a destinação de R\$20.434, conforme discriminado abaixo:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>	<u>Ações PN</u>	<u>R\$</u>	<u>Total</u>	<u>R\$</u>
Global Participações em Energia S.A.	45.769.924	12.460	18.717.660	5.605	64.487.584	18.064
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	5.142.699	1.400	-	-	5.142.699	1.400
Djalma Nunes Fernandes Junior	514.270	140	1.386.029	415	1.900.299	555
Jones Aranha de Sá	100	-	1.386.029	415	1.386.129	415
Total	<u>51.426.993</u>	<u>14.000</u>	<u>21.489.718</u>	<u>6.435</u>	<u>72.916.711</u>	<u>20.434</u>

Em 24 de outubro de 2017, foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração a destinação de R\$10.000, conforme discriminado abaixo:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ON</u>	<u>AFAC ON</u>
Global Participações em Energia S.A.	45.769.924	6.097
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	5.142.699	685
Djalma Nunes Fernandes Junior	514.270	69
Total	<u>51.426.893</u>	<u>6.851</u>
<u>Acionistas</u>	<u>Ações PN</u>	<u>AFAC PN</u>
Global Participações em Energia S.A.	18.717.660	2.743
Djalma Nunes Fernandes Junior	1.386.029	203
Jones Aranha de Sá	1.386.029	203
Total	<u>21.489.718</u>	<u>3.149</u>

No exercício de 2017, a Companhia declarou dividendos, por meio de aprovações em Reuniões do Conselho de Administração no montante de R\$30.434, no exercício de 2018 foram declarados apenas os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$9.339.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2018 está apresentado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Dividendos propostos	30.434
Dividendos pagos	<u>(24.928)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.506
Dividendos propostos	9.339
Dividendos pagos	<u>(260)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>14.584</u>

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de venda de energia	485.465	445.536
Deduções de venda:		
PIS	(8.021)	(7.352)
COFINS	(36.943)	(33.865)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	<u>(4.366)</u>	<u>(4.002)</u>
Total	<u>436.135</u>	<u>400.317</u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(8.650)	(4.935)
Depreciação e amortização	(28.647)	(16.585)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(16.706)	(10.413)
Custos com manutenção e operação	(282.543)	(274.083)
Arrendamentos e aluguéis	(992)	(527)
Custos e despesas com seguros	(1.057)	(1.249)
Despesas com viagens e comunicações	(396)	(205)
Serviços de terceiros	(2.541)	(3.184)
Assessoria e consultoria	(4.650)	(2.983)
Tributos	(1.993)	(160)
Outras despesas (receitas)	88	(991)
Total	<u>(348.087)</u>	<u>(315.315)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(328.888)	(302.900)
Despesas gerais e administrativas	(17.588)	(11.067)
Honorários dos Administradores	(2.216)	(1.393)
Outras receitas operacionais, líquidas	605	45
Total	<u>(348.087)</u>	<u>(315.315)</u>

Neste mesmo ano, a Companhia concluiu muitos projetos que estavam classificados como imobilização em curso, aumentando consideravelmente a depreciação anual.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.376	2.015
PIS e COFINS sobre receita financeira	(205)	(127)
Outras receitas financeiras, líquidas	2.023	727
Subtotal	<u>4.194</u>	<u>2.615</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(28.155)	(25.063)
Amortização de custo de captação	(2.502)	(826)
Outras despesas financeiras, líquidas	(1.166)	(1.983)
Subtotal	<u>(31.823)</u>	<u>(27.872)</u>
Variações cambiais líquidas	(125)	(65)
Total	<u>(27.754)</u>	<u>(25.322)</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.294	73.429
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(20.500)	(24.966)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Adições	(3.034)	(1.444)
Exclusões	2.812	5.925
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	6.217	6.271
Despesas não dedutíveis	24	(770)
Subtotal	<u>(14.481)</u>	<u>(14.984)</u>
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	10.068	10.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.963)	45.407
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(10.376)</u>	<u>40.849</u>

25. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

<u>Abrangência</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Vencimento</u>
Danos materiais	Subestação, sala de controle, linha de transmissão, tancagem de óleos e "power house" 1 e 2	151.077	14/05/2020
Responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O)	Indisponibilidade de bens e penhora online, cobertura para fiança, lesões corporais ou danos materiais	15.000	27/07/2019

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as políticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social – o capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco – a Administração tem a responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. A Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte destes clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade em a Companhia cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é preparada, e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a este tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de câmbio – decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos.

Taxa de juros – decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Quanto à escassez de combustível – a Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo combustível (OCB1) firmado com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2024. Conforme estabelecido em contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Ativos financeiros	2019	2020	2021	2022	2023	
					em diante	Total
Caixa e equivalentes de caixa	8.234	-	-	-	-	8.234
Depósito bancários vinculados	8.912	-	-	-	27.966	36.878
Contas a receber de clientes	75.730	-	-	-	-	75.730
Outras contas a receber	9.512	-	-	-	-	9.512
Total	102.388	-	-	-	27.966	130.354
Passivos financeiros						
Fornecedores	50.048	-	-	-	-	50.048
Empréstimos e financiamentos	77.630	35.780	29.139	29.139	114.528	286.216
Dividendos à pagar	14.584	-	-	-	-	14.584
Obrigações trabalhistas e sociais	1.535	-	-	-	-	1.535
Obrigações tributárias	3.794	-	-	-	-	3.794
Outras contas a pagar	8.873	8.933	-	-	-	17.806
Total	156.464	44.713	29.139	29.139	114.528	373.983

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, de empréstimos, financiamentos e debêntures e a receita de venda em 31 de dezembro de 2018, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2018. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo		
		Provável I	Possível II	Remoto III		Provável I	Possível II	Remoto III
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco Itaú - debêntures	Alta do CDI	6,4%	8,00%	9,60%	(9.830)	(10.459)	(10.616)	(10.774)
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures	Alta do CDI	6,4%	8,00%	9,60%	(26.954)	(28.679)	(29.110)	(29.542)
Banco Itaú BRA S.A. financiamento	Alta do CDI	6,4%	8,00%	9,60%	(16.798)	(17.341)	(17.602)	(17.863)
SUDENE	Alta da TJLP	6,7%	8,31%	9,98%	(61.555)	(65.648)	(66.672)	(67.695)
Total empréstimos e financiamentos					(114.637)	(122.128)	(124.000)	(125.874)
Ativo - Aplicações financeiras								
Santander FIC FI	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	1	1	1	1
Banco Itaú	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	1.310	1.394	1.373	1.352
Conta reserva BNB	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	6.521	6.938	6.834	6.730
Título de capitalização	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	400	426	419	413
Total aplicações financeiras					8.232	8.759	8.627	8.496
Ativo - Depósitos bancários vinculados								
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	36.878	39.238	38.648	38.059
Total depósitos bancários vinculados					36.878	39.238	38.648	38.059
Receita								
Receita de venda	Baixa do IGP-M	4,50%	3,38%	2,25%	485.465	507.311	501.849	496.388
Total receita					485.465	507.311	501.849	496.388
Total líquido					379.060	393.942	386.476	379.010
Efeito no patrimônio líquido					-	14.882	7.416	(50)

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$88.219, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$16.035, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$39.562, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$5.396, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$22.937, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$4.289, com vigência indeterminada.

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2018

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$38.250.

Exercício de 2017

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$47.356.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2019, a Licença de Operação Comercial das UTEs Global I e Global II foi prorrogada por tempo indeterminado, por meio do Despacho nº 253/2019 da ANEEL.
